



# FINANCIANDO A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA:

Eliminando a lacuna no financiamento  
da conservação da biodiversidade global

# Índice

Prefácio	1
Sumário Executivo	4
O Argumento Econômico Para Proteger a Biodiversidade	8
Financiamento Atual da Conservação da Biodiversidade Global	11
Financiamento Necessário Para a Conservação da Biodiversidade Global	13
A Lacuna de Financiamento da Biodiversidade	15
Fechando a Lacuna de Financiamento da Biodiversidade	16
Conclusões	28

# PREFÁCIO

## O mundo atravessa um dos episódios de extinção mais dramáticos da história.

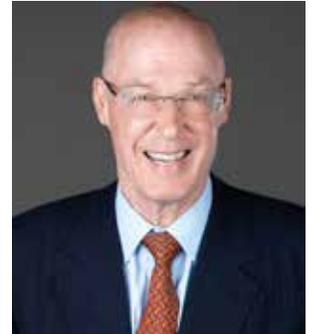
Os sinais de perda de biodiversidade estão por toda parte. As florestas tropicais, nosso maior reservatório de biodiversidade e carbono, estão sendo reduzidas. Os pântanos costeiros, vitais para as aves migratórias e a pesca, que também armazenam um estoque significativo de carbono global, estão se deteriorando em todo o mundo. Embora a extinção seja um fenômeno natural, os cientistas estimam que nosso planeta perde atualmente espécies em uma velocidade 1.000 vezes mais rápida do que a taxa natural, de uma a cinco espécies por ano. Se continuarmos nessa trajetória, temos pela frente um futuro em que de 30-50 % de todas as espécies podem desaparecer até a metade do século 21.

As mudanças climáticas estão exacerbando essa perda, causando o branqueamento dos recifes de coral, o crescimento desenfreado de doenças causadas por insetos nas florestas e a perda severa e esperada de espécies do Ártico. E esse é um círculo vicioso - a perda de biodiversidade também agrava as mudanças climáticas. Na Amazônia, as mudanças hidrológicas causadas pelo desmatamento podem secar permanentemente milhões de hectares de floresta tropical e alterar todo o clima da Amazônia. O custo econômico resultante será impressionante.

Se há uma lição que aprendi ao longo de todos os meus anos como conservacionista é que a natureza precisa de defensores. Mas os defensores, por sua vez, precisam de um estudo de caso claro e convincente que possa ser amplamente apoiado pela sociedade e defendido por líderes políticos. Hoje, o motivo para ação nunca foi tão claro.

A perda da biodiversidade não significa apenas a perda de plantas e animais. Ela também representa riscos enormes para a prosperidade e o bem-estar humanos. A ciência apenas começa a entender e quantificar a magnitude desse impacto. A perda mundial de polinizadores - incluindo abelhas, borboletas, mariposas e outros insetos - bem avançada devido ao nosso uso excessivo de pesticidas, levaria a uma queda estimada de cerca de US\$ 217 bilhões na produção agrícola anual. Associados a essa perda estão os riscos de fome e agitação social, potencialmente mais sérios, mas mais difíceis de quantificar.

A destruição de ambientes naturais também coloca pessoas e animais selvagens em contato próximo, o que apresenta riscos à saúde pública por meio da disseminação de doenças zoonóticas. Pode não ser coincidência que vimos vários surtos de zoonoses durante este período de rápida perda de biodiversidade, incluindo SARS, Ebola, MERS e SARS-CoV-2, o vírus responsável pela pandemia da COVID-19 e seu impacto devastador em todo o mundo. No entanto, esses exemplos são a ponta do iceberg. Dada a complexidade e interdependências da natureza, existem muitos riscos ainda desconhecidos.



HENRY M. PAULSON JR.  
Presidente, Paulson Institute

Nossos sistemas políticos e econômicos e os mercados financeiros não têm feito o suficiente para avaliar adequadamente o valor dos serviços prestados pela natureza. Por exemplo, pesquisas recentes defendem um valor que pode chegar a US\$ 600 por tonelada de CO2 capturado, o que implicaria que as florestas em seu papel de sumidouros de carbono podem valer bem mais de US\$ 100 trilhões. No entanto, avaliar as florestas apenas com base no carbono é o mesmo que avaliar um chip de computador por seu silício. O que temos é uma ideia da escala de nossa dependência econômica na natureza. O Fórum Econômico Mundial estima que US\$ 44 trilhões do PIB global - cerca da metade - depende alta ou moderadamente da natureza.

Em suma, embora nunca sejamos capazes de calcular o valor total da natureza, sabemos o suficiente para saber que sua destruição apresenta riscos profundos para as sociedades humanas e, como acontece com qualquer risco sério que enfrentamos, a resposta racional é se proteger. No caso da perda da biodiversidade, isso significa fazer um esforço global abrangente para valorizar, proteger e restaurar a natureza de forma adequada. As políticas mais econômicas são aquelas que evitariam a destruição contínua da biodiversidade para ganhos econômicos de curto prazo, enquanto corroem e ameaçam a prosperidade e o bem-estar de longo prazo das gerações atuais e futuras.

Sempre acreditei que um planeta saudável é bom para os negócios; é muito mais barato evitar danos ambientais do que limpá-los depois. Durante grande parte da minha carreira, essa foi uma postura solitária no mundo corporativo. Mas nos últimos anos, algo mudou. Eu vi um novo senso de urgência em torno das questões de conservação da natureza, um interesse crescente no campo das finanças verdes e sustentáveis e uma sensação renovada de que o esforço coletivo pode fazer diferença. Espero que em breve, investir na natureza se torne habitual no mundo financeiro o suficiente para conter o declínio alarmante de nossa biodiversidade.

Em última análise, isso exigirá uma mudança transformacional na forma como os mercados valorizam a natureza. Essa transformação precisa ser refletida nos governos, na academia, no setor privado, nas ONGs, na mídia e, mais importante, na sociedade. Enquanto isso, para enfrentar os riscos de perda da biodiversidade, é importante identificar e implementar mecanismos de financiamento e políticas que possam mobilizar rapidamente quantias substanciais de capital para a proteção e conservação da natureza.

Embora os governos devam desempenhar um papel de liderança, sabemos que sozinhos não podem fornecer o financiamento necessário para proteger nossa biodiversidade. O setor privado é frequentemente apresentado – e por bons motivos - como a grande esperança para a conservação porque os recursos financeiros que ele poderia trazer excedem em muito os dos governos e da filantropia. Inquestionavelmente, muitos CEOs do setor privado gostariam de proteger a natureza. Alguns fazem doações de fundos pessoais para ONGs de conservação e as organizações que dirigem podem fazer investimentos simbólicos e tomar decisões operacionais que protegem ou restauram a

*...um planeta saudável é bom para os negócios; é muito mais barato evitar danos ambientais do que limpá-los depois.*

---

biodiversidade, contanto que não afetem a lucratividade. No entanto, eles não empregam capital para projetos de conservação ou ambientais que não prometam retornos econômicos. Essa distinção é importante. A filantropia é uma forma de distribuir lucros. Investir é uma das formas como o setor privado gera lucro. Investir, propositadamente, para ter prejuízo não é um modelo de negócios realista. É por isso que, para realizar o potencial de investimento do setor privado na proteção e conservação da natureza, os governos devem implementar medidas políticas - como incentivos fiscais, garantias contra riscos e requisitos regulatórios - que induzam o setor privado a investir.

Este relatório apresenta um amplo argumento econômico para proteger e conservar a natureza e explora e destaca nove mecanismos de política e financiamento que, se implementados, garantirão novos financiamentos para a conservação da biodiversidade ou, por meio da reforma de subsídios prejudiciais, reduzirão significativamente a necessidade de gastos futuros.

Enquanto os governos se preparam para chegar a um "novo acordo para a natureza" na 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, oferecemos este relatório como uma contribuição para ajudar a orientar as negociações, particularmente em torno da mobilização de recursos financeiros e aos governos enquanto consideram as políticas e medidas domésticas necessárias para implementar o Quadro Global de Biodiversidade Pós-2020 e colocar suas economias em um caminho mais sustentável. Deve-se salientar que o investimento em biodiversidade também contribuirá para a conquista das metas de mudanças climáticas, uma vez que as soluções baseadas na natureza estão entre as estratégias mais econômicas de mitigação do clima.

O argumento econômico para proteger a natureza é convincente. No entanto, devemos ter em mente que há um razão irrefutável para preservar a natureza por si só. Ela é a maior fonte de beleza, inspiração, inovação e interesse intelectual - na verdade, de tudo que é bom na vida. Nesse sentido, a natureza não tem preço.



*A filantropia é  
uma forma de  
distribuir lucros.  
Investir é uma  
das formas como  
o setor privado  
gera lucro.*

---

# SUMÁRIO EXECUTIVO

As atividades humanas estão causando uma perda global, sem precedentes e acelerada da biodiversidade. A conversão generalizada de terras para infraestrutura, agricultura e outros usos e a superexploração de recursos naturais estão sendo impulsionadas pela priorização de ganhos econômicos de curto prazo por líderes políticos e pela incapacidade de nossos sistemas econômicos e mercados financeiros de valorizar e proteger adequadamente nosso capital natural.

Para desacelerar e impedir a perda global de biodiversidade, devemos repensar fundamentalmente nossa relação com a natureza e transformar nossos modelos econômicos e sistemas de mercado. As ações políticas e econômicas necessárias para alcançar esse objetivo requerem considerável vontade política, amplo apoio público e investimentos substanciais. Isso não vai acontecer da noite para o dia e, no curto a médio prazo, há uma necessidade urgente de aumentar o financiamento para a proteção da natureza.

*...no curto a médio prazo, há uma necessidade urgente de aumentar o financiamento para a proteção da natureza.*

O relatório Financiando a Natureza aborda dois desafios importantes.

Em primeiro lugar, o relatório apresenta um amplo **argumento econômico para proteger a natureza**, incluindo um exame dos muitos e conhecidos valores econômicos e sociais da biodiversidade, embora reconheça que as complexidades e interdependências da natureza significam que a tentativa de avaliações econômicas será quase que certamente parcial e subestimada. A perda de biodiversidade apresenta sérios riscos conhecidos e desconhecidos para a prosperidade humana. O relatório examina ainda as falhas subjacentes do mercado que aceleram a perda de biodiversidade global e indica uma série de intervenções políticas e mudanças necessárias para deter a perda de biodiversidade.

Em segundo lugar, o relatório enfoca um elemento crítico relacionado à proteção da biodiversidade, a saber, **a lacuna no financiamento da conservação da biodiversidade global** entre os fluxos de capital anuais, totais e atuais e o montante total de recursos necessários para gerenciar a biodiversidade de forma sustentável e manter a integridade dos ecossistemas. Tendo avaliado essa lacuna de financiamento da biodiversidade, o relatório identifica um conjunto de **nove mecanismos financeiros e de políticas** que, se implementados e ampliados, podem coletivamente acabar com essa diferença.

O relatório detalha as condições necessárias para a implementação e dimensionamento de cada um desses mecanismos e faz recomendações detalhadas para responsáveis pela elaboração de políticas, líderes empresariais e outras partes interessadas. Deixa claro que todos os governos - desde as nações ricas em biodiversidade que podem ter recursos econômicos limitados até os países doadores estabelecidos - devem tomar ações imediatas para conter a perda de biodiversidade.

A intenção imediata deste relatório é influir o trabalho das delegações nacionais e outros negociadores no desenvolvimento da estratégia de mobilização de recursos para o Quadro de Biodiversidade Pós-2020 que será acordado na 15ª Conferência das Partes (COP15) da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB) em 2021. A intenção de longo prazo é ajudar os líderes políticos, ministérios da economia de países, instituições internacionais e representantes de empresas, ONGs e filantropia privada a melhor compreender a razão econômica para a conservação da biodiversidade e acelerar a transformação dos modelos econômicos nacionais em modelos que valorizem adequadamente a natureza.

Dada a magnitude da lacuna no financiamento necessário para proteger a biodiversidade identificada por este relatório, juntamente com as estimativas do montante relativamente limitado de financiamento que estará disponível nos próximos anos a partir de fontes tradicionais, como orçamentos governamentais, assistência oficial ao desenvolvimento (ODA) e filantropia, é crítico que as metas de biodiversidade a serem acordadas na COP15 incorporem um amplo espectro de mecanismos não-tradicionais. Estimular recursos do setor privado deve ser uma prioridade, visto que constitui a maior fonte de financiamento disponível. No entanto, o relatório deixa claro que o potencial do capital privado em apoiar a conservação da biodiversidade só será realizado se houver políticas, regulamentações e incentivos governamentais apropriados.

Uma descrição detalhada das metodologias utilizadas neste relatório, incluindo fontes de dados e premissas, pode ser encontrada no Apêndice A do relatório completo.

*...todos os governos (...) devem tomar ações imediatas para conter a perda de biodiversidade.*

---



## Percepções Centrais

As percepções centrais desse relatório são:

1. **Fechar essa lacuna depende muito de ações dos governos.** Os governos precisam fazer mais para proteger o capital natural e colocar em prática uma combinação de reformas de políticas inteligentes para reduzir os impactos negativos sobre a biodiversidade, como reformar subsídios agrícolas prejudiciais, bem como melhorar a gestão de risco de aplicações por investidores públicos e privados, desenvolvendo inovações financeiras para aumentar o financiamento disponível para conservação, promovendo investimentos verdes e apoiando o desenvolvimento de soluções climáticas baseadas na natureza, infraestrutura natural e compensações de biodiversidade.
2. **O setor privado pode desempenhar um papel fundamental, mas os governos precisam abrir o caminho.** Eles precisam implementar o ambiente regulatório correto, incentivos inteligentes e estruturas de mercado para catalisar os fluxos financeiros do setor privado para a conservação da biodiversidade e apoiar os esforços das empresas privadas para promover a produção agrícola, florestal e pesqueira sustentável em suas cadeias de abastecimento.
3. **Em última análise, a única maneira de desacelerar e interromper a perda de biodiversidade global é garantir que a natureza seja valorizada de forma adequada em todas as economias.** Isso exigirá liderança política ousada e políticas, mecanismos e incentivos transformadores que desestimulem ações prejudiciais e incentivem o financiamento para a natureza em grande escala.
4. **A lacuna entre o valor atualmente gasto na conservação da biodiversidade e o que é necessário - a “Lacuna de Financiamento da Biodiversidade” - é grande, mas pode ser eliminada.** Em 2019, o déficit de financiamento da biodiversidade foi estimado entre US\$ 598 bilhões e US\$ 824 bilhões por ano. No entanto, este relatório identifica um conjunto de reformas de políticas e mecanismos de financiamento que, coletivamente, podem dar escala ao financiamento da conservação para fechar essa lacuna e atender às necessidades de financiamento anual de todo o mundo para a conservação da biodiversidade global.

A caixa de texto abaixo **recomenda seis ações abrangentes** derivadas da análise subjacente a este relatório. Além disso, há um conjunto de recomendações específicas para cada um dos nove mecanismos financeiros e de políticas descritos neste relatório. Eles são delineados brevemente no final deste sumário executivo e com mais detalhes no Capítulo 6 do relatório completo.

## RECOMENDAÇÕES GERAIS

A principal descoberta deste relatório é que os governos devem empreender reformas de políticas catalisadoras para liberar o financiamento da conservação da biodiversidade. As seis ações recomendadas irão acelerar a implementação de cada um dos nove mecanismos de financiamento descritos no relatório e contribuir materialmente para fechar a lacuna de financiamento da conservação da biodiversidade.

**Ação recomendada n. 1:** os países devem tomar medidas políticas imediatas para proteger seu capital natural e expandir o financiamento da conservação da biodiversidade. Este relatório identifica nove mecanismos com a maior promessa de geração de recursos e prevenção de danos, incluindo a priorização do apoio econômico rural que subsidia os agricultores para fornecer serviços ecossistêmicos, evitando grandes impactos vindos de projetos de infraestrutura em habitats críticos e investindo em soluções climáticas baseadas na natureza.

**Ação recomendada n. 2:** os governos e os doadores filantrópicos devem usar seus fundos estrategicamente para apoiar os países na implementação dos mecanismos de financiamento identificados neste relatório e para catalisar investimentos subsequentes dos setores público e privado. Este relatório pede uma duplicação da ajuda externa para a biodiversidade, com os recursos incrementais sendo dedicados aos países ricos em biodiversidade e para a implementação desses mecanismos.

**Ação recomendada n. 3:** os governos nacionais e subnacionais devem fortalecer suas condições regulatórias e financeiras para acelerar significativamente as ações e financiamentos privados para a conservação da biodiversidade. Os governos devem definir políticas e tomar medidas para diminuir o risco e incentivar o investimento do setor privado, criar apoio no país para a produção sustentável de commodities e garantir as condições legais necessárias, incluindo a posse da terra.

**Ação recomendada n. 4:** os atores do setor privado devem implementar as recomendações das seções sobre cadeias de abastecimento sustentáveis, reforma de subsídios prejudiciais, infraestrutura natural, compensações de biodiversidade, soluções baseadas na natureza e mercados de carbono, investimento verde e gestão de risco de investimentos para aumentar suas oportunidades de investir na biodiversidade e minimizar seus riscos financeiros relacionados. Além disso, as

principais empresas devem adotar metas de base científica para a biodiversidade em suas operações e investimentos, de acordo com a visão 2050 da Convenção das Nações Unidas sobre Biodiversidade.

**Ação recomendada n. 5:** os governos e agências internacionais devem melhorar o rastreamento e os relatórios sobre o financiamento da biodiversidade. Alguns dos melhores dados de coleta e análise disponíveis estão espalhados pela OCDE, pela iniciativa BIOFIN do PNUD e pelo Secretariado da CDB. Financiamento público adicional deve ser garantido para apoiar essas instituições a melhorar a coleta de dados financeiros globais e desenvolver a capacidade dos governos de coletar e compartilhar dados.

**Ação recomendada n. 6:** no contexto das negociações da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, as partes devem concordar em desenvolver e implementar Planos Nacionais de Financiamento da Biodiversidade (NBFPS) para orientar a implementação de seus esforços nacionais em direção ao novo Quadro Global de Biodiversidade da CDB. Os NBFPS devem abordar as oportunidades de mobilizar recursos em todos os níveis - local, nacional e global - bem como de todas as fontes - públicas, privadas e filantrópicas. Para alcançar este resultado, este relatório recomenda as seguintes metas de Mobilização de Recursos para a Quadro Global de Biodiversidade até 2030:

- *Meta global:* os fluxos financeiros para investimentos que geram melhorias mensuráveis e auditáveis no status da biodiversidade aumentam globalmente para fechar totalmente a lacuna de financiamento da biodiversidade até 2030 (estimativa de US\$ 598–824 bilhões anualmente)
- *Meta do processo:* 100 % das partes desenvolvem imediatamente Planos Nacionais de Financiamento da Biodiversidade (NBFPS) e os implementam integralmente até 2030
- *Metas nacionais:* cada parte mobiliza 100 % dos recursos necessários identificados em seus NBFPS para implementar plena e efetivamente suas Estratégias e Planos Nacionais de Biodiversidade (NBSAPs)
- *Meta global:* O financiamento público internacional para a biodiversidade deve pelo menos dobrar até 2030 e cobrir os custos, quando necessário, para que os países em desenvolvimento apresentem NBSAPs e NBFPS.

# O ARGUMENTO ECONÔMICO PARA PROTEGER A BIODIVERSIDADE

*é imperativa uma mudança fundamental na forma como os mercados, e a economia de forma mais ampla, valorizam e protegem a natureza.*

Visto através de uma lente econômica tradicional, a biodiversidade e **os sistemas naturais do nosso planeta são essencialmente um estoque de capital** (semelhante ao capital financeiro, construído ou humano) que fornece um fluxo de serviços às pessoas. Esses “serviços ecossistêmicos” incluem solo fértil e polinização que torna possível a produção de alimentos, florestas e bacias hidrográficas que sequestram carbono e purificam a água e diversidade genética da qual depende grande parte da farmacologia e da agricultura modernas, entre muitas outras.

Embora pareça possível ver a biodiversidade e os sistemas naturais como fundamentais para a sobrevivência humana e a prosperidade econômica, a tendência dos sistemas políticos é priorizar os ganhos econômicos imediatos, ao mesmo tempo que ameaça a prosperidade e o bem-estar das gerações atuais e futuras. A tendência dos atuais modelos econômicos e mercados financeiros é ver os sistemas naturais simplesmente como ativos disponíveis para uso imediato ou, pior, abuso e destruição. Tal visão leva ao uso excessivo e ao abuso da natureza para ganhos de curto prazo e sem levar em consideração o valor total dos ativos perdidos ou os custos de longo prazo para a sociedade por essa perda.

O capital natural é complexo e difícil de medir. Os mercados financeiros não reconhecem o valor do capital natural, a menos que este tenha um fluxo de caixa definido ou valor de ativo que possa ser medido pelos sistemas econômicos atuais. **Como resultado, o valor total ou os custos de usar ou destruir sistemas naturais são mal compreendidos.** Em contraste com outras formas de capital, o capital natural não se deprecia. Em vez disso, é até certo ponto autorregenerativo. No entanto, quando a degradação do ecossistema atinge um ponto crítico, as propriedades autorregenerativas do capital natural se perdem e o colapso do ecossistema pode ser irreversível.

Apesar das fragilidades nos modelos e ferramentas para medir o valor do capital natural, existem vários estudos que apontam para o seu potencial valor total. Recentemente, pesquisadores estimaram que aproximadamente US\$ 44 trilhões do PIB global dependem da natureza e de seus serviços.<sup>1</sup> Por exemplo, a perda mundial de todos os polinizadores levaria a uma queda na produção agrícola de cerca de US\$ 217 bilhões anuais.<sup>2</sup> Pesquisas recentes sobre o clima defendem um valor de até US\$ 600 por tonelada de CO<sub>2</sub> capturada, o que implicaria um valor para as florestas em seu papel como sumidouros de carbono de mais de US\$ 100 trilhões.<sup>3</sup> Até um terço dos produtos farmacêuticos em uso hoje foram originalmente encontrados em plantas e outras fontes naturais ou foram derivados de substâncias que ocorrem naturalmente.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> C. Herweijer et al. (2020), *Nature Risk Rising: Why the Crisis Engulfing Nature Matters for Business and the Economy*, World Economic Forum, [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_New\\_Nature\\_Economy\\_Report\\_2020.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_New_Nature_Economy_Report_2020.pdf).

<sup>2</sup> Helmholtz Association of German Research Centres (2008, September 15), Economic Value of Insect Pollination Worldwide Estimated at U.S. \$217 Billion. *ScienceDaily*. Retrieved March 1, 2011, from <http://www.sciencedaily.com/releases/2008/09/080915122725.htm>.

<sup>3</sup> Umberto Llavador, John Romer, and Joaquim Silvestre, *Sustainability for a Warming World* (Harvard University Press, 2015).

<sup>4</sup> D. J. Newman and G. M. Cragg, Natural products as sources of new drugs over the 30 years from 1981 to 2010. *J Nat Prod*. 2012;75(3):311–335. doi:10.1021/np200906s

Embora essas estimativas demonstrem um valor potencialmente enorme da biodiversidade para a sociedade, um grande desafio reside no fato de que, **para cada contribuição da natureza que pode ser medida e imputada um valor em dólares, há muitas mais que não podem.** Em outras palavras, ao avaliar o custo da perda de biodiversidade, existem "incógnitas parcialmente conhecidas" e "incógnitas desconhecidas". Dada essa falta de conhecimento exato, qualquer estimativa do custo econômico da perda de biodiversidade, mesmo quando baseada no pior cenário, provavelmente subestima o custo de tais perdas.

**O atual fracasso de nossos mercados financeiros, modelos econômicos e instituições em avaliar corretamente a biodiversidade está na interseção de várias falhas de mercado.** Para começar, muitos dos benefícios da biodiversidade são bens públicos não excludentes e não rivais por natureza, o que significa que os mercados provavelmente os subestimarão. Além disso, os benefícios da conservação da biodiversidade e os custos da perda da mesma impactam terceiros na forma de benefícios e custos externos, que são outra falha do mercado padrão onde os atores que conservam a biodiversidade não são adequadamente recompensados financeiramente e os que causam danos não são penalizados financeiramente. Finalmente, as falhas de mercado em termos de biodiversidade são agravadas pela falta de direitos de propriedade bem definidos sobre bens e serviços ambientais e, como resultado, ninguém tem qualquer interesse financeiro ou pode obter benefício financeiro direto de sua conservação ou garantia de que sejam alocados para seu uso de maior valor.

Outra comparação que pode ser feita é em nossa compreensão da ciência e da economia das mudanças climáticas. A ciência das mudanças climáticas é muito mais avançada do que a ciência da perda de biodiversidade, no entanto, os cientistas das mudanças climáticas muito subestimaram a taxa e o impacto do

aquecimento, em parte devido ao desafio de incorporar os impactos dos ciclos de feedback negativo no processo de aquecimento, como acelerar o derretimento glacial ou as liberações de metano do degelo do permafrost. **Da mesma forma, embora nossos modelos e sistemas econômicos globais façam um trabalho razoavelmente bom rastreando os mercados e as finanças em tempos normais, esses mesmos sistemas costumam falhar em tempos de crise econômica.** Esses modelos e sistemas são incapazes de valorizar o clima profundamente entrelaçado, dinâmico e complexo do nosso planeta, ecológico e inter-relações humanas.

Uma lição crítica é que não podemos confiar apenas nos modelos econômicos, nas forças de mercado ou no setor privado para resolver o problema da perda de biodiversidade global sem precedentes. **Em vez disso, a intervenção com políticas é essencial.** Além das leis e políticas comprovadas que criam áreas protegidas e abrigam espécies ameaçadas, uma série de instrumentos e mecanismos de políticas devem ser implementados para capturar e obter benefícios econômicos da natureza de maneira sustentável ou por meio de uma abordagem baseada no mercado, como ecoturismo, produtos amigáveis à biodiversidade e pagamento por serviços ecossistêmicos. Além disso, a reforma dos subsídios agrícolas e pesqueiros prejudiciais à biodiversidade e a promoção de práticas sustentáveis de agricultura e pesca por meio de políticas bem elaboradas também ajudarão a mitigar o impacto da agricultura e da pesca, dois dos maiores responsáveis pela perda de biodiversidade global.

No geral, é imperativa uma mudança fundamental na forma como os mercados, e a economia de forma mais ampla, valorizam e protegem a natureza. Os países devem implementar novos mecanismos de financiamento e políticas que valorizem mais plenamente o capital natural, reduzam as práticas prejudiciais que destroem a biodiversidade e mobilizem rapidamente quantidades substanciais de capital para a conservação da biodiversidade.

# ATUAL FINANCIAMENTO GLOBAL PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E LACUNA DE FINANCIAMENTO DA BIODIVERSIDADE

Embora o objetivo final deva ser a valorização adequada da natureza em nossos modelos econômicos, no curto prazo há uma necessidade urgente de aumentar investimentos na biodiversidade. Este relatório determina que, em 2019, o fluxo global anual total de fundos para a proteção da biodiversidade foi de aproximadamente US\$ 124-143 bilhões por ano contra uma necessidade anual estimada de US\$ 722-967 bilhões para deter o declínio da biodiversidade global de agora até 2030. Juntos, esses números revelam um déficit de financiamento da biodiversidade de US\$ 598–824 bilhões por ano.

Significativamente, este relatório mostra que os gastos governamentais anuais com atividades prejudiciais à biodiversidade na forma de subsídios agrícolas,

florestais e pesqueiros - US\$ 274-542 bilhões por ano em 2019 - são duas a quatro vezes maiores do que os fluxos de capital anuais para a conservação da biodiversidade.

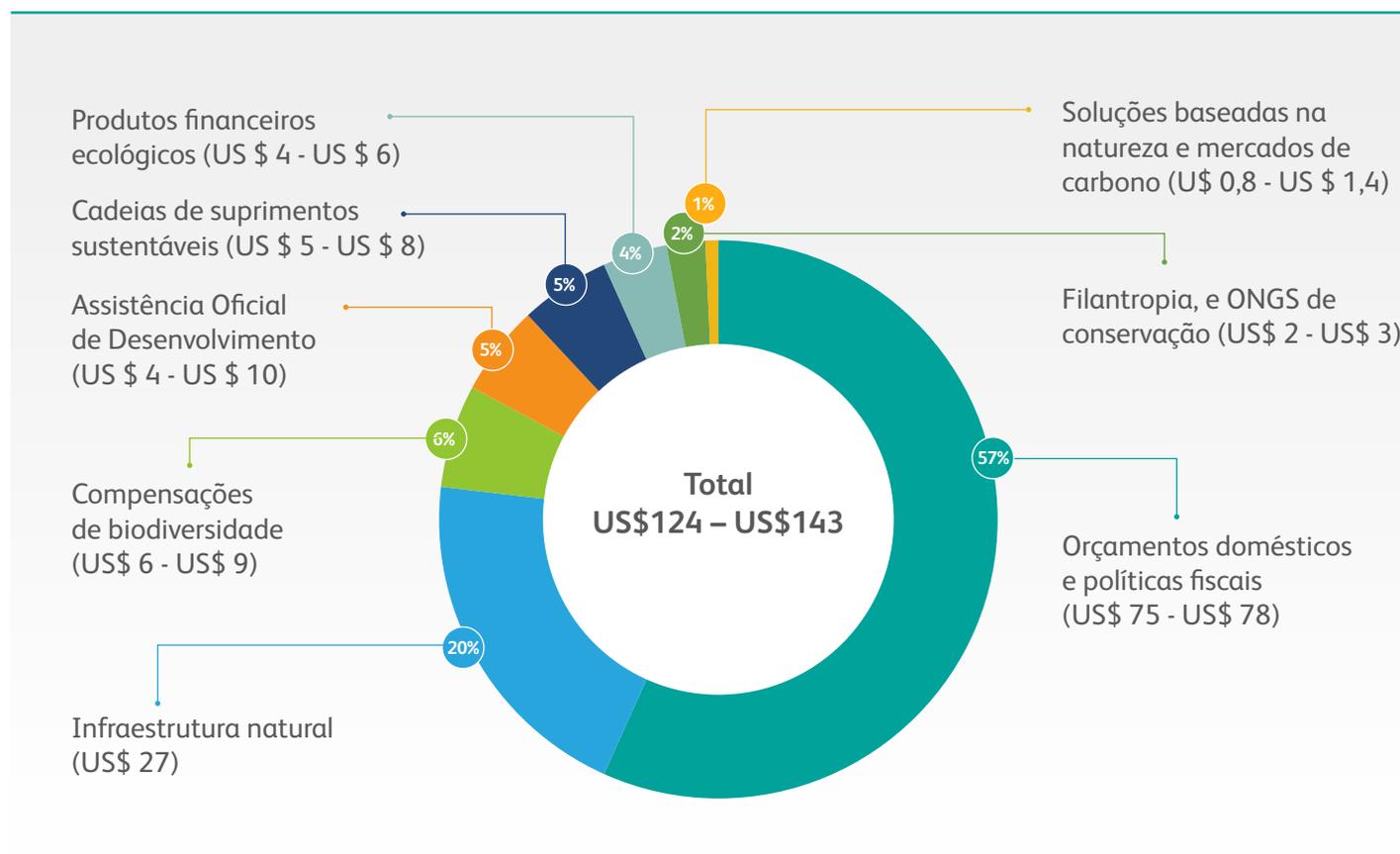
Embora este relatório aborde subsídios prejudiciais da agricultura, silvicultura e pesca, ele não aborda os impactos dos subsídios aos combustíveis fósseis devido à sua natureza indireta. Isso não significa que eles não sejam importantes; os impactos potenciais desses subsídios sobre a biodiversidade, resultantes da conversão generalizada de vegetação natural para o desenvolvimento e transmissão de energia e de aumentos nas temperaturas atmosféricas e oceânicas associados ao uso de combustível fóssil são altamente prováveis de exacerbar e acelerar a perda de biodiversidade global, além de impulsionar as mudanças climáticas induzidas por humanos.



# Financiamento atual da conservação da biodiversidade global

A estimativa do atual financiamento global para a conservação da biodiversidade de US\$ 124–143 bilhões por ano é amplamente consistente com outras estimativas publicadas recentemente. Por exemplo, no início de 2020, a OCDE estimou<sup>5</sup> o financiamento global da biodiversidade em US\$ 78–91 bilhões por ano com base nos dados disponíveis de 2015–2017. Além disso, a BIOFIN estima<sup>6</sup> que o investimento público anual global na biodiversidade aumentou de cerca de US\$ 100 bilhões em 2008 para aproximadamente US\$ 140 bilhões em 2017, com uma média de US\$ 123 bilhões empregados anualmente durante este período. Este relatório se baseia nas conclusões da OCDE sobre os mecanismos públicos domésticos, públicos internacionais e privados, fornecendo uma avaliação complementar para o financiamento privado e público-privado da biodiversidade.

**FIGURA 1. Financiamento de conservação da biodiversidade global em 2019: resumo de fluxos financeiros para a conservação da biodiversidade** (em 2019, US\$ bilhões por ano)

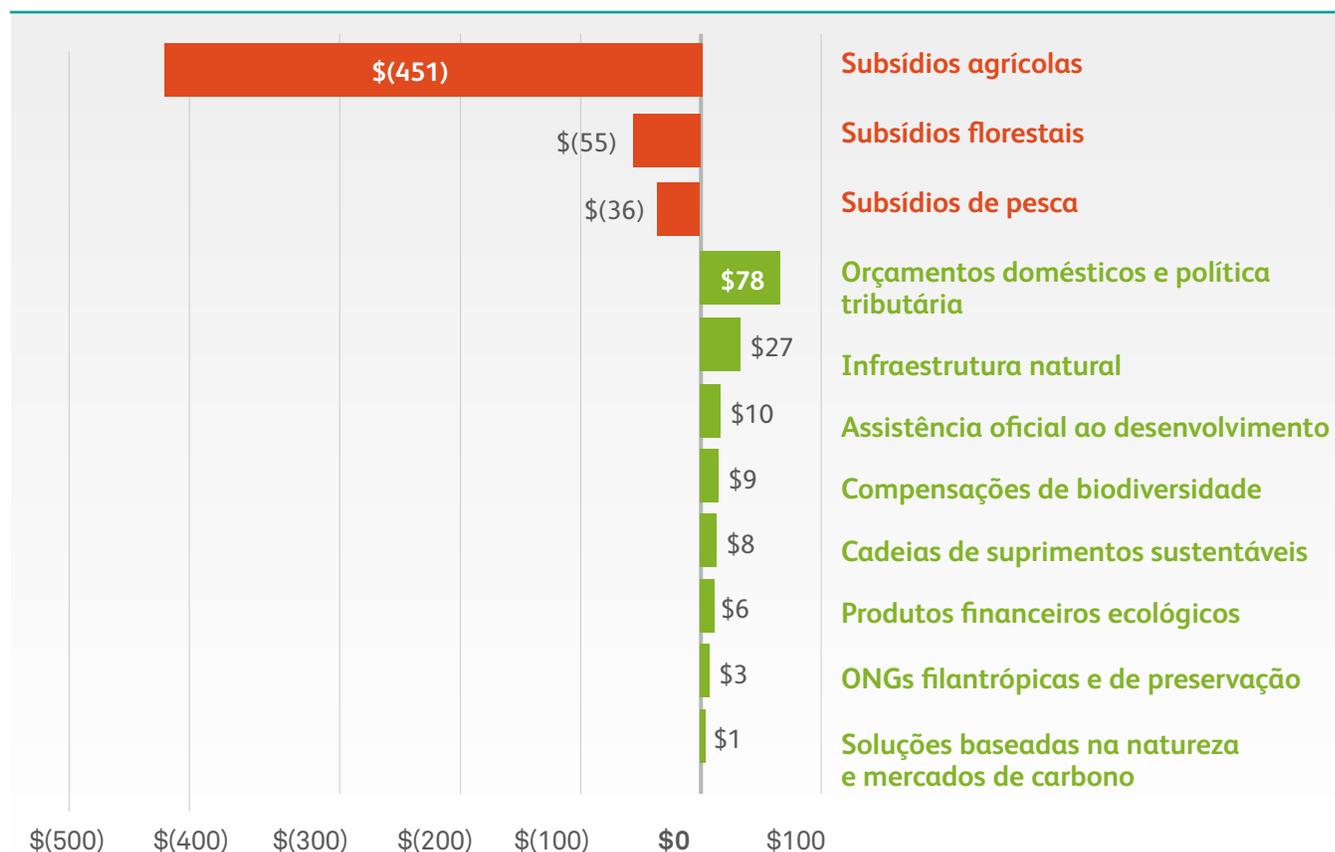


<sup>5</sup> OECD, 2020, *A Comprehensive Overview of Global Biodiversity Finance*. Final report prepared by the Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD), available at <https://www.oecd.org/environment/resources/biodiversity/report-a-comprehensive-overview-of-global-biodiversity-finance.pdf>.

<sup>6</sup> A. Seidl, K. Mulungu, M. Arlaud, O. van den Heuvel, and M. Riva, Pennies for Pangolins: A global estimate of public biodiversity investments (United Nations Development Programme, forthcoming 2020).

As Figuras 1 e 2 analisam as fontes de fluxos financeiros para a conservação da biodiversidade e mostram a escala dos subsídios prejudiciais em 2019. As categorias e os números foram extraídos de um conjunto de mais de 160 mecanismos de financiamento da biodiversidade no Catálogo de Soluções Financeiras BIOFIN.<sup>7</sup> Alguns desses mecanismos não foram incorporados à estimativa atual de financiamento da biodiversidade global, pois não geram fluxos financeiros significativos para a conservação da biodiversidade ou porque os dados de financiamento anual não foram rastreados ou coletados pela gama de câmaras de compensação de informações econômicas consultadas e analisadas para este relatório. Como tal, a Figura 1 representa uma boa aproximação do total anual global de gastos públicos e privados para proteção e conservação da biodiversidade. As estimativas de subsídios prejudiciais usadas na Figura 2 correspondem à categoria de subsídios “mais prejudiciais” da OCDE.<sup>8</sup> Observe novamente que este relatório exclui os subsídios aos combustíveis fósseis.

**FIGURA 2. Subsídios prejudiciais e fluxos financeiros globais para a conservação da biodiversidade** (estimativas superiores, em 2019 US\$ bilhões por ano)



Nota: as estimativas de subsídios prejudiciais à agricultura, silvicultura e pesca correspondem à categoria de subsídios à produção “potencialmente prejudicial à biodiversidade” da OCDE. Este gráfico exclui os US\$ 395–478 bilhões adicionais estimados em subsídios à produção de combustíveis fósseis.<sup>9</sup>

<sup>7</sup> UNDP BIOFIN, BIOFIN Catalogue of Finance Solutions, available at: <https://www.biodiversityfinance.net/finance-solutions>.

<sup>8</sup> OECD, 2020, *A Comprehensive Overview of Global Biodiversity Finance*. Final report prepared by the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), available at: <https://www.oecd.org/environment/resources/biodiversity/report-a-comprehensive-overview-of-global-biodiversity-finance.pdf>.

<sup>9</sup> OECD, 2020, *Rising fossil fuel support poses a threat to building a healthier and climate-safe future*, available at <https://www.oecd.org/fossil-fuels/>.

# Financiamento necessário para conservação da biodiversidade global

Para fins de projeção das necessidades futuras de financiamento anual para a proteção da biodiversidade, as paisagens naturais e humanas foram divididas em três grandes categorias de áreas protegidas, paisagens produtivas e ambientes urbanos e os custos foram estimados para sua gestão sustentável:

- 1. Áreas protegidas:** Este relatório incorpora a meta global proposta para aumentar as áreas protegidas terrestres e marinhas em 30 % até 2030, consistente com as propostas de várias ONGs conservacionistas e muitos governos, em antecipação ao novo conjunto de metas globais de biodiversidade a ser negociado na CBD COP15. Waldron et al. (2020)<sup>10</sup> propõe um conjunto de seis cenários para proteger a biodiversidade. A estimativa mais baixa para as necessidades futuras foi tomada como um cenário que permite um compromisso entre a proteção da biodiversidade e as paisagens produtivas, alinhando-se assim com a categoria descrita neste capítulo de paisagens produtivas e marinhas. A estimativa superior é aquela do cenário que prioriza a integridade e viabilidade mais ampla do ecossistema.<sup>11</sup> O intervalo dessas estimativas de custo é de US\$ 149–192 bilhões por ano.
- 2. Gestão Sustentável de paisagens produtivas e marinhas:** os custos em 2030 da gestão sustentável destas paisagens para proteção da biodiversidade e ecossistemas-chave foram estimados em:
  - a. A transição do setor agrícola para práticas de agricultura de conservação em áreas cultiváveis até 2030 é estimada em US\$ 315–420 bilhões por ano.
  - b. A transição de pastagens globais para práticas de manejo de pastagens sustentáveis até 2030 é estimada em US\$ 81 bilhões por ano.
  - c. A transição do setor florestal para práticas de manejo florestal sustentáveis é estimada em US\$ 19–32 bilhões por ano.
  - d. A transição do setor pesqueiro global para práticas pesqueiras sustentáveis é estimada em US\$ 23-47 bilhões por ano.
  - e. Minimizar e mitigar o impacto da biodiversidade de espécies invasoras é estimado em US \$ 36-84 bilhões por ano.
  - f. A restauração de ecossistemas costeiros degradados (manguezais, ervas marinhas e sapais) que fornecem benefícios múltiplos e vitais para as comunidades costeiras é estimada em US\$ 27-37 bilhões por ano.

*...uma  
necessidade de  
financiamento  
global para a  
biodiversidade  
de US\$ 722–  
967 bilhões  
anualmente  
até 2030.*

<sup>10</sup> A. Waldron et al., 2020, *Protecting 30% of the planet for nature: Costs, benefits, and economic implications*, available at [https://www.conservation.cam.ac.uk/files/waldron\\_report\\_30\\_by\\_30\\_publish.pdf](https://www.conservation.cam.ac.uk/files/waldron_report_30_by_30_publish.pdf).

<sup>11</sup> The 2020 Waldron et al. O artigo usa um conjunto de seis cenários para estimar uma gama de gastos necessários para desenvolver e gerenciar áreas protegidas de biodiversidade. Este relatório estabelece uma gama de necessidades de financiamento de áreas protegidas usando dois cenários que se encaixam com outras estimativas de necessidades futuras de biodiversidade, como paisagens produtivas e marinhas.

**3. Centros urbanos e áreas de alto impacto humano:** a expansão urbana resultará na conversão de cerca de 290.000 km<sup>2</sup> de habitats naturais até 2030 e tem o potencial de degradar 40 % das áreas de proteção integral global que deverão estar a uma curta distância das áreas urbanas, se esta expansão não for administrada ou mitigada por estes impactos. O custo para proteger a biodiversidade nas periferias das cidades é estimado em US\$ 14,1–543 milhões por ano. O impacto da água poluída de ambientes urbanos na qualidade da água e, subsequentemente, na biodiversidade dos ecossistemas marinhos e ribeirinhos a jusante das cidades decorre do esgoto não-tratado. O custo de proteger a biodiversidade do impacto da água poluída que vem de ambientes urbanos é estimado em US\$ 73 bilhões por ano.<sup>12</sup>

A agregação desses números leva a uma necessidade de financiamento global para a biodiversidade de US\$ 722–967 bilhões anualmente até 2030, como mostra a Figura 3, representando aproximadamente 0,7–1,0 % do PIB global em 2019.

Essas estimativas, embora moderadas, devem ser vistas como aproximações iniciais do que é necessário para a conservação da biodiversidade. Estimativas dessa natureza não são precisas, pois são afetadas pelos limitados dados disponíveis sobre o financiamento da biodiversidade e pelas inconsistências entre as estruturas de relatórios.<sup>13</sup>

**FIGURA 3. Financiamento necessário para a conservação da biodiversidade global**  
(em US\$ bilhões por ano)



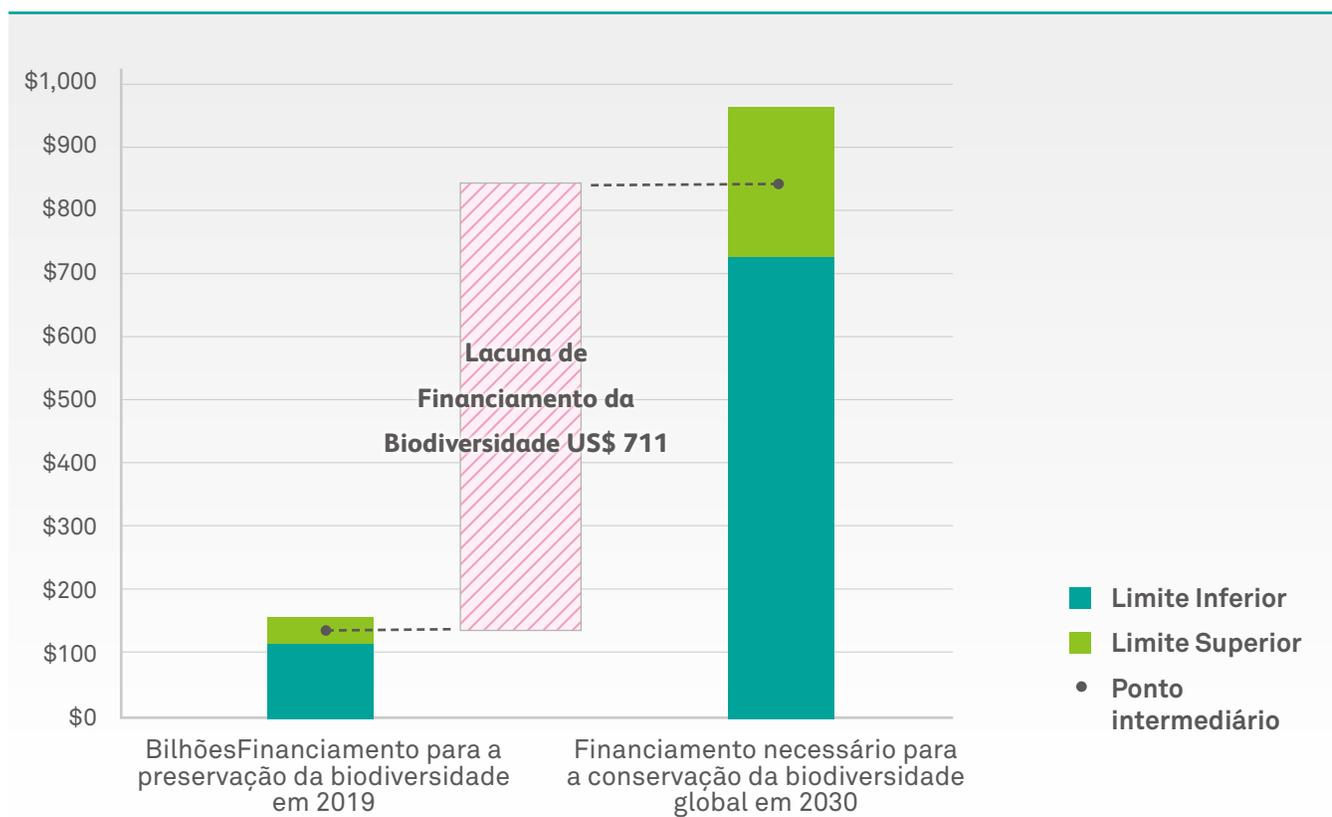
<sup>12</sup> G. Hutton and M. Varughese, 2016, *The costs of meeting the 2030 sustainable development goal targets on drinking water, sanitation, and hygiene*. The World Bank., available at <https://www.worldbank.org/en/topic/water/publication/the-costs-of-meeting-the-2030-sustainable-development-goal-targets-on-drinking-water-sanitation-and-hygiene>.

<sup>13</sup> OECD, 2020, *A Comprehensive Overview of Global Biodiversity Finance*. Final report prepared by the Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD), available at: <https://www.oecd.org/environment/resources/biodiversity/report-a-comprehensive-overview-of-global-biodiversity-finance.pdf>

# A Lacuna de financiamento da biodiversidade

Quando as estimativas das necessidades globais de financiamento da biodiversidade (US\$ 722-967 bilhões anuais) são comparadas aos fluxos existentes de financiamento da biodiversidade (US\$ 124-143 bilhões), a **Lacuna de Financiamento da Biodiversidade** global pode ser estimada na faixa de US\$ 598 –824 bilhões por ano. Isso significa que os níveis atuais de financiamento cobrem apenas 16–19 % da necessidade geral para conter a perda de biodiversidade. A Figura 4 demonstra a lacuna de financiamento anual comparando os valores médios das estimativas superiores de financiamento atual e necessidades futuras. A diferença média é de US\$ 711 bilhões por ano.

**FIGURA 4.** Financiamento da conservação da biodiversidade global comparado às necessidades de financiamento da conservação da biodiversidade global (em US\$ bilhões)



Nota: Usando pontos médios das estimativas atuais e necessidades futuras, o financiamento global atual para a conservação da biodiversidade (gráfico superior) pode precisar aumentar por um fator de 5 a 7 vezes para atender à necessidade global estimada para conservação da biodiversidade (gráfico inferior).

Essas estimativas de necessidades futuras e a lacuna de financiamento da biodiversidade, embora razoáveis, não são exatas e, portanto, as variações são usadas para mostrar a oscilação nas estimativas. Como tal, essas estimativas devem ser consideradas indicativas da escala da necessidade e representar uma meta razoável e ambiciosa a ser planejada e visada.

# ELIMINANDO A LACUNA DE FINANCIAMENTO DA BIODIVERSIDADE

O relatório descreve um conjunto de nove mecanismos financeiros e de políticas que, se dimensionados por meio de políticas públicas apropriadas e ações do setor privado, têm o potencial de fazer coletivamente uma contribuição substancial para fechar a lacuna de financiamento global da biodiversidade na próxima década.

A análise e seleção dos nove mecanismos financeiros e de políticas é baseada no Catálogo de Soluções Financeiras BIOFIN do PNUD e mecanismos selecionados de acordo com os três critérios a seguir:

- O mecanismo é usado atualmente em uma escala significativa (mais de US\$ 0,5 bilhões por ano)
- O mecanismo, se dimensionado, tem o potencial de entregar quantias substanciais em novos financiamentos de forma consistente (mais de US\$ 5 bilhões por ano e uma potencial taxa de crescimento anual composta de pelo menos 2,5 %)
- O mecanismo tem uma política realista e/ou acesso ao mercado para dimensionar e atender seu potencial

Os nove mecanismos abordam o fechamento da lacuna de financiamento da biodiversidade de uma de duas maneiras. Dois dos nove mecanismos diminuem a necessidade geral de financiamento a ser gasto na conservação da biodiversidade. Os sete restantes aumentam os fluxos de financiamento para a conservação da biodiversidade.

Tabela 1 mostra a escala atual e potencial futura de financiamento que flui por meio desses mecanismos para apoiar a conservação da biodiversidade. As estimativas são expressas em variações que refletem o grau de incerteza.

A análise subjacente a este relatório rendeu um valor numérico para oito dos nove mecanismos, que coletivamente têm o potencial de contribuir com US\$ 446-633 bilhões por ano até 2030 para atender às necessidades de financiamento anuais estimadas em US\$ 722-967 bilhões para a conservação da biodiversidade global na próxima década. Não foi possível determinar os números estimados atuais ou futuros para a categoria de Gestão de Risco de Investimento. No entanto, o relatório inclui esta categoria, pois reflete uma área crítica de impacto sobre a biodiversidade e precisa de atenção na Estratégia de Mobilização de Recursos da CDB, uma vez que a integração da biodiversidade ao setor financeiro será crítica para o sucesso da Estrutura de Biodiversidade Global.



**TABELA 1. Estimativa de fluxos positivos e negativos para a conservação da biodiversidade**

Mecanismos financeiros e de políticas	2019 - US\$ BI/ano	2030 - US\$ BI/ano
<b>A. Mecanismo que diminui a necessidade geral de financiamento a ser gasto na conservação da biodiversidade.</b>		
Reforma de subsídios danosos (setores agrícola, pesqueiro e florestal)	(542,0)–(273,9)	(268,1)–0*
Gestão de risco de investimentos		
<b>B. Mecanismos que aumentam o fluxo de capital para a conservação da biodiversidade</b>		
Compensações da biodiversidade	6,3–9,2	162,0–168,0
Orçamento doméstico e políticas tributárias	74,6–77,7	102,9–155,4
Infraestrutura natural	26,9	104,7–138,6
Produtos financeiros verdes	3,8–6,3	30,9–92,5
Soluções baseadas na natureza e mercados de carbono	0,8–1,4	24,9–39,9
Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD)	4,0–9,7	8,0–19,4
Cadeias de abastecimento sustentáveis	5,5–8,2	12,3–18,7
ONGs de filantropia e conservação	1,7–3,5	Não estimado
<b>Total de fluxos positivos de capital</b>	<b>123,6–142,9</b>	<b>445,7–632,5</b>

Nota: Todos os valores nesta tabela são em US\$ de 2019.

\* Pressupõe um cenário de reforma global de subsídios que elimina gradualmente até 2030 os subsídios mais prejudiciais, conforme descrito pela OCDE (2020).<sup>14</sup>

\*\* Embora os fluxos futuros para ONGs filantrópicas e conservacionistas sejam vistos como altamente catalisadores para a mobilização de fluxos financeiros do setor privado, foi determinado que eles não chegaram à marca necessária para inclusão neste relatório como um mecanismo principal de expansão para fechar a lacuna de financiamento da biodiversidade.

Essas estimativas e o desafio de mobilização de recursos que representam até 2030 podem parecer excessivamente altas. No entanto, os recursos financeiros que serão necessários para fechar a lacuna de financiamento da biodiversidade são comparáveis em magnitude ao capital comprometido com investimentos relacionados ao clima global de US\$ 579 bilhões em 2017–2018, conforme estimado por Buchner e colegas em 2019.<sup>15</sup> Para contexto, esse valor é menor do que o mundo gasta em refrigerantes por ano.<sup>16</sup>

Mesmo levando em consideração a estimativa máxima de fluxos de financiamento mais altos para a conservação da biodiversidade de US\$ 446-633 bilhões por ano, a lacuna de financiamento global da biodiversidade de 2030 não será fechada a menos que haja esforços significativos para ampliar a reforma dos subsídios prejudiciais à biodiversidade e melhorar as práticas de gestão de risco de investimento pelo setor financeiro. Esses subsídios prejudiciais deveriam ter sido eliminados total ou gradualmente ou reformados até 2020 de acordo com a meta três das Metas de Biodiversidade de Aichi acordadas em 2010, mas pouco progresso foi feito. Continuar a adiar ações significativas para reduzir subsídios prejudiciais causará danos extensos

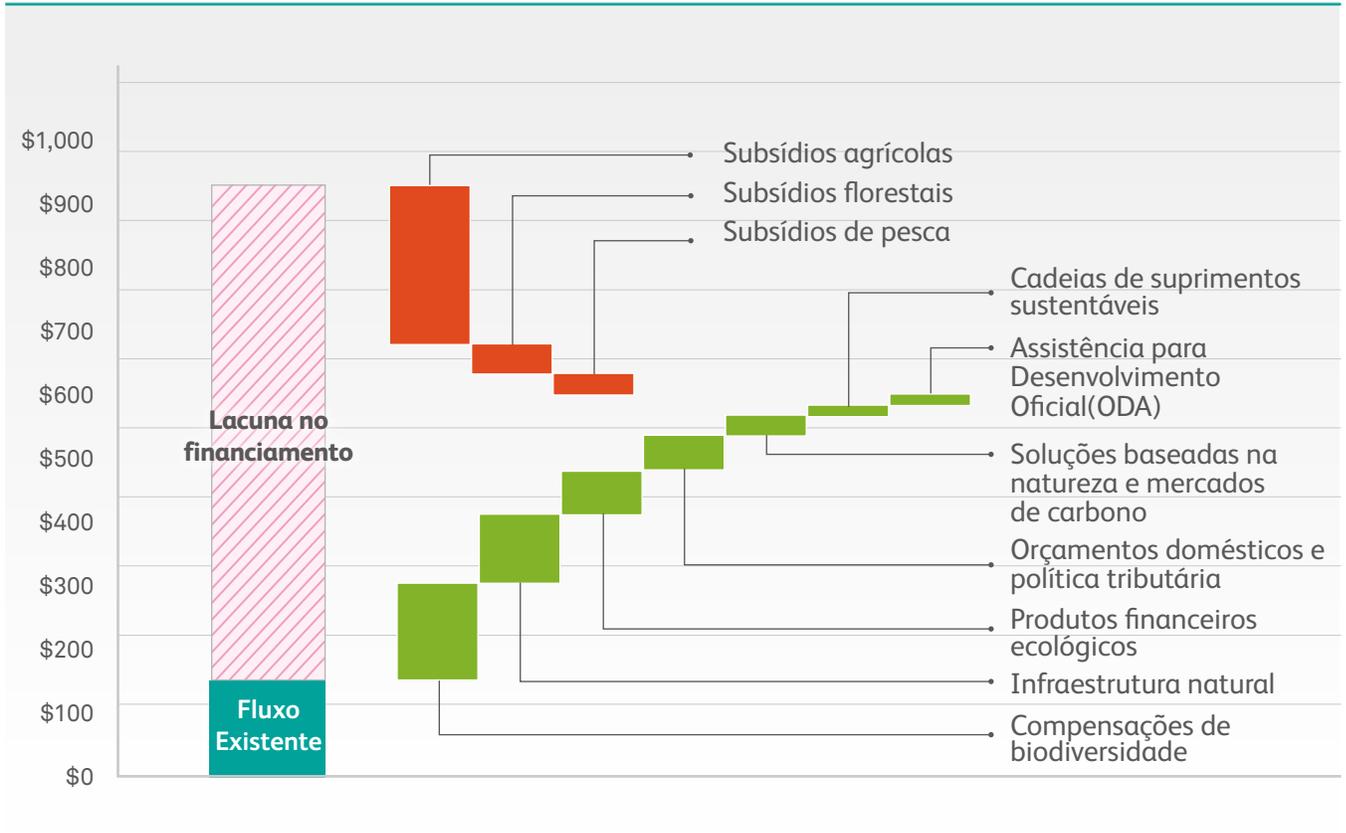
<sup>14</sup> OECD, 2020, *Rising fossil fuel support poses a threat to building a healthier and climate-safe future*, available at: <https://www.oecd.org/fossil-fuels/>.

<sup>15</sup> CPI, 2019, *Global Landscape of Climate Finance 2019* [Barbara Buchner, Alex Clark, Angela Falconer, Rob Macquarie, Chavi Meattle, Rowena Tolentino, Cooper Wetherbee], Climate Policy Initiative, London, available at <https://climatepolicyinitiative.org/publication/global-climate-finance-2019/>.

<sup>16</sup> Statista, 2020, available at <https://www.statista.com/outlook/20020000/100/soft-drinks/worldwide?currency=usd> [accessed 11 August 2020].

à biodiversidade e diluirá a eficácia dos esforços de conservação. Em um cenário de 2030 no qual os subsídios prejudiciais à biodiversidade não foram reformados, a lacuna de financiamento global da biodiversidade remanescente será de US\$ 210–239 bilhões por ano (Figura 5).

**FIGURA 5.** Estimativa de crescimento do financiamento resultante da ampliação dos mecanismos propostos até 2030 (em 2019 US\$ bilhões por ano)



Cada um dos mecanismos financeiros e de políticas recomendados para fechar a lacuna de financiamento da biodiversidade está resumido abaixo e é descrito em mais detalhes no Capítulo 5 do relatório completo. As seguintes descrições resumidas incluem os fluxos de financiamento estimados positivos ou negativos para a conservação da biodiversidade para cada mecanismo e as ações recomendadas necessárias para implementar e ampliar cada mecanismo.

## 1. Reforma de subsídios prejudiciais

Fluxo Prejudicial Estimado 2019: US\$ 273,9–542,0 bilhões por ano<sup>17</sup>  
 Fluxo Prejudicial Potencial 2030: US\$ 0–268,1 bilhões por ano  
 (pressupondo o cenário de reforma de subsídios mais prejudiciais)



Subsídios agrícolas



Subsídios florestais



Subsídios de pesca

Subsídios são ferramentas de política fiscal usadas por governos que visam beneficiar uma população ou setor específico por meio de apoio à produção, apoio à renda ou redução dos custos de insumos. Os subsídios considerados prejudiciais à biodiversidade são aqueles que induzem a atividades de produção ou consumo que exacerbam a perda de biodiversidade, particularmente importante nos setores de agricultura, pesca e silvicultura. Algumas dessas atividades prejudiciais incluem o desmatamento, a superexploração dos estoques de peixes e a poluição pelo uso excessivo de fertilizantes. Os subsídios agrícolas que se concentram exclusivamente

no aumento da produção agrícola levaram a ações que estão degradando os recursos naturais e a biodiversidade. Este relatório não toma posição sobre se os subsídios são inerentemente positivos ou negativos para a economia ou para o funcionamento dos mercados. Em vez disso, ele se concentra em propor caminhos que permitam aos governos reformar os existentes subsídios à produção e distribuí-los de uma maneira que tenha um efeito líquido positivo sobre a biodiversidade, em vez de prejudicar à biodiversidade, ao mesmo tempo em que atende a outros objetivos sociais e econômicos do governo.

## RECOMENDAÇÕES:

- Os governos nacionais e subnacionais devem iniciar imediatamente o processo de redesenhar, reduzir ou redirecionar os subsídios existentes para que não sirvam como incentivo às ações que prejudicam a biodiversidade. Em vez disso, os subsídios devem ser redirecionados a ações que apoiam explicitamente a biodiversidade ou, no mínimo, não trazem danos a ela.
- Os governos devem considerar os impactos sobre as comunidades carentes e marginalizadas da sociedade ao projetar reformas de subsídios, garantir uma transição gradual e equitativa na qual os impactos sociais negativos da reforma de subsídios sejam mitigados tanto quanto possível e garantir que os grupos que se beneficiam do status quo compreendam e apoiem o ímpeto por trás da reforma dos subsídios.
- As organizações internacionais (incluindo universidades e ONGs) devem implementar um programa de pesquisa coordenado que forneça um entendimento comum do que constitui um subsídio prejudicial e as maneiras pelas quais ele pode ser realinhado para alcançar resultados positivos para a biodiversidade. A metodologia da OCDE para identificar, avaliar e reformar subsídios oferece um bom ponto de partida para este exercício.
- Os governos doadores e os bancos multilaterais de desenvolvimento devem fornecer apoio financeiro e técnico aos governos de economias menos desenvolvidas que reformem os subsídios prejudiciais.
- As empresas devem reconhecer o ímpeto global e o apoio por trás da reforma de subsídios prejudiciais e devem revisar, identificar, divulgar e implementar seus compromissos para abandonar a dependência de subsídios prejudiciais. Elas também devem se envolver e apoiar ativamente os esforços do governo para reformar e redirecionar subsídios prejudiciais.

<sup>17</sup> Os fluxos considerados positivos, pois são listados como prejudiciais à biodiversidade. (em inglês “Flows denoted as positive as they are listed as harmful to biodiversity.”) achei estranha essa colocação.



## 2. Gestão de risco de investimentos

Conforme descrito em uma seção anterior e no relatório completo, este documento não fornece estimativas atuais ou futuras nesta área devido à falta de dados disponíveis.

A gestão de riscos de investimentos descrita neste relatório envolve ações realizadas por instituições financeiras para entender e gerenciar os riscos à biodiversidade decorrentes de seus investimentos. O relatório analisa uma série de práticas de gestão de risco de investimento obrigatórias e voluntárias, muitas das quais estão se tornando mais estabelecidas em investimentos convencionais. As práticas incluem uma série de ferramentas de triagem e padrões que os investidores estão adotando e que lhes permitem revisar os riscos e tomar decisões informadas para

evitar investimentos que possam ter impactos negativos sobre a biodiversidade, ou para investir em áreas que têm impactos positivos na biodiversidade. Dada a enorme escala dos mercados de capital globais e os trilhões de dólares investidos em infraestrutura, energia, transporte, extrativos e outros projetos potencialmente prejudiciais, a integração dessas práticas de gestão de risco relacionadas à biodiversidade nos mercados financeiros convencionais apresenta uma enorme oportunidade para prevenir impactos à biodiversidade.

### RECOMENDAÇÕES:

- As instituições financeiras devem assumir um papel de liderança na compreensão e prevenção de danos à biodiversidade decorrentes do uso de capital de investimento privado. Elas devem reconhecer a reputação, a conformidade regulatória e os riscos de demanda do investidor ao continuar operando sob o status quo, bem como as potenciais oportunidades de receita advinda do gerenciamento proativo de riscos à biodiversidade. Elas devem gerenciar esses riscos por meio de mudanças sistêmicas nas estruturas internas, incentivos, políticas e medidas para garantir que a conservação da biodiversidade esteja integrada a todos os investimentos.
- As instituições financeiras devem divulgar os impactos de seus investimentos na biodiversidade por meio de estruturas de divulgação adequadas e exigir o mesmo das empresas em sua carteira de investimentos.
- As instituições financeiras devem desenvolver sua capacidade para avaliar como as decisões de investimento podem levar à perda de biodiversidade e gerenciar os riscos de biodiversidade associados.
- Os reguladores financeiros e fiduciários devem adotar um entendimento mais amplo do dever fiduciário que não se limite estritamente a maximizar os retornos financeiros de curto prazo, mas que também explique os efeitos colaterais positivos e negativos dos investimentos sobre aqueles a quem um dever fiduciário é devido. Um entendimento revisado deve permitir a consideração dos benefícios não financeiros para os clientes, incluindo o valor da biodiversidade, como componentes adequados da análise fiduciária dos méritos das escolhas de investimento concorrentes.
- Os governos devem desenvolver e implementar políticas e legislação que exijam que as instituições financeiras implementem e relatem as estruturas de divulgação dos riscos da biodiversidade.
- As organizações internacionais, instituições financeiras e ONGs (incluindo a academia) deveriam desenvolver indicadores, metodologias e plataformas para compartilhar dados sobre os impactos dos investimentos na biodiversidade.



### 3. Compensação da biodiversidade

Fluxo Estimado 2019: US\$ 6,3–9,2 bilhões por ano

Fluxo Potencial 2030: US\$ 162,0–168,0 bilhões por ano

Compensações de biodiversidade são a última opção na hierarquia de mitigação (evitar, minimizar, restaurar e compensar), uma política de proteção da biodiversidade mandatada por governos para compensar os danos inevitáveis à biodiversidade resultantes de um projeto de desenvolvimento quando a causa do dano for difícil ou impossível de eliminar. A CDB adotou uma decisão que pede a aplicação universal da hierarquia de mitigação e compensações de biodiversidade.<sup>18</sup> As compensações devem ser implementadas uma vez que os projetos de desenvolvimento tenham feito o máximo para evitar e minimizar impactos ambientais adversos. Dada a rápida expansão dos centros urbanos e o desenvolvimento associado de infraestrutura, as compensações de biodiversidade são uma forma

dela receber mais financiamento e proteção. De acordo com uma política de compensação, qualquer biodiversidade perdida para o desenvolvimento deve ser compensada de forma que haja um ganho líquido ou, pelo menos, nenhuma perda líquida de biodiversidade. Atualmente, 42 países têm políticas de compensação de biodiversidade em vigor, mas há evidências de que menos de 20 % desses países as aplicam. As estimativas para aumentar as compensações para a biodiversidade neste relatório baseiam-se na implementação total das políticas existentes por esses 42 países e na aplicação ampliada de políticas de compensação nos países com base em uma análise dos impactos de desenvolvimento previstos globalmente até 2030.

## RECOMENDAÇÕES:

- Governos com políticas existentes de compensação de biodiversidade e hierarquia de mitigação devem fortalecer a fiscalização usando ferramentas de apoio como regulamentação, processos de planejamento e legislação. Os governos sem políticas existentes devem imediatamente desenvolver, implementar e fazer cumprir as mesmas para, primeiro, evitar e minimizar os impactos ao habitat natural crítico e, segundo, implementar compensações de biodiversidade para não atingir nenhuma perda líquida de biodiversidade ou, quando possível, ter ganho líquido.
- Os governos nacionais e subnacionais devem conduzir (e tornar público às autoridades, aos desenvolvedores e às comunidades) o planejamento da paisagem espacial para identificar áreas de habitat crítico, disponibilizado ao público, para influenciar os processos de planejamento de desenvolvimento e apoiar a aplicação eficaz da hierarquia de mitigação.
- Os governos nacionais e subnacionais devem exigir que os desenvolvedores de projetos conduzam monitoramento e relatórios de longo prazo sobre compensações de biodiversidade para garantir que estão alcançando os resultados desejados.
- As instituições financeiras devem fortalecer a implementação de padrões de desempenho relacionados à biodiversidade em seus investimentos e determinar que os projetos em que investem devem demonstrar, por meio de relatórios e verificação, nenhuma perda líquida de biodiversidade ou, quando possível, ganho líquido. Os investimentos devem ser projetados para permitir financiamento adequado para monitoramento de longo prazo da compensação após a conclusão do projeto.

<sup>18</sup> Conference of the Parties to the UN Convention on Biological Diversity, 14th meeting, Sharm El-Sheikh, Egypt, 2018, available at <https://www.cbd.int/decisions/cop/?m=cop-14>.



#### 4. Orçamento doméstico e política tributária

Fluxo Estimado 2019: US\$ 74,6–77,7 bilhões por ano

Fluxo Potencial 2030: US\$ 103,0–155,4 bilhões por ano

Os orçamentos governamentais são atualmente a principal fonte de financiamento para a conservação da biodiversidade, representando 54-60 % do financiamento total registrado e apresentado neste relatório. No entanto, embora priorize os gastos do orçamento do governo para a biodiversidade, o aumento da receita tributária pode ser insuficiente para fechar a lacuna de financiamento da biodiversidade em 2030. Este relatório descreve várias categorias de impostos especiais, taxas, arrecadações e outras medidas fiscais inovadoras que os governos

nacionais e subnacionais podem impor para aumentar a receita para financiar a proteção da biodiversidade ou incentivar ou desincentivar atividades que beneficiem ou degradem a biodiversidade. Para garantir que essas receitas adicionais sejam destinadas diretamente à conservação da biodiversidade (e não apenas desviadas para o orçamento geral), o relatório recomenda ainda que os governos restrinjam ou “reservem” esses fundos para os usos de conservação da biodiversidade para os quais foram criados.

### RECOMENDAÇÕES:

- Os governos devem desenvolver e implementar novas políticas fiscais ou aumentar a eficácia das existentes que aumentem os gastos domésticos com a conservação da biodiversidade e desincentivem as atividades prejudiciais à biodiversidade. Essas políticas devem ser elaboradas, apoiadas e incorporadas a vários departamentos do governo - particularmente economia, meio ambiente e ministérios de recursos naturais e outras agências governamentais.
- Os governos nacionais e subnacionais devem melhorar a eficiência, eficácia, rastreamento e relatórios sobre a aplicação das receitas obtidas para a conservação da biodiversidade.
- As instituições financeiras internacionais (como o Banco Mundial, o FMI e outros) devem aumentar o apoio financeiro para a biodiversidade e prestar apoio aos esforços dos países para estabelecer impostos e taxas, cuja receita é alocada para atividades de conservação.





## 5. Infraestrutura natural

Fluxo Estimado 2019: US\$ 26,9 bilhões por ano

Fluxo Potencial 2030: US\$ 104,7–138,6 bilhões por ano

A proteção da infraestrutura natural tem um duplo propósito. Primeiro, ele mantém ecossistemas saudáveis no longo prazo; em segundo lugar, entrega serviços ecossistêmicos às populações humanas, apoiando meios de subsistência e comunidades. Neste relatório, os investimentos em infraestrutura natural são descritos sob a ótica de programas de proteção de bacias hidrográficas. Nos últimos anos, a urbanização e o aumento resultante na demanda por recursos das cidades elevaram a importância do abastecimento de água e da proteção das bacias hidrográficas, enquanto o risco crescente de eventos climáticos extremos e aumento do nível do mar destacou a importância da

proteção costeira. O financiamento de infraestrutura natural vem quase inteiramente de entidades públicas por meio de concessões e contratos para proteção de bacias hidrográficas, mas há áreas emergentes que incluem investimentos do setor público e privado, incluindo investimentos em bacias hidrográficas dirigidos por usuários, pelo comércio de compensação de qualidade da água e outros. Além disso, há evidências crescentes de que os custos relativos de proteção e gerenciamento do abastecimento de água natural e controle de enchentes podem ser mais baratos do que as abordagens tradicionais de engenharia.

### RECOMENDAÇÕES:

- Os governos nacionais, subnacionais e municipais devem exigir a avaliação de alternativas de infraestrutura natural em todos os projetos de infraestrutura e, quando viável e com boa relação custo-benefício, devem exigir seu uso em projetos de desenvolvimento públicos e privados por meio de contratos e concessões, processos de aquisição e regulamentação.
- As corporações do setor privado operacionalmente dependentes da água devem, juntamente com os governos nacionais e subnacionais, participar do desenvolvimento, financiamento, implementação e manutenção da infraestrutura natural para as bacias hidrográficas em que operam.
- As seguradoras e instituições financeiras devem incorporar os benefícios dos serviços ecossistêmicos fornecidos pela infraestrutura natural em seus modelos de risco. Os resultados devem ser levados em consideração nas decisões sobre os custos de capital e refletidos em prêmios que incentivem o uso da infraestrutura natural de acordo com a modelagem de risco, bem como padrões e processos internacionais e nacionais
- Organizações internacionais, como instituições de pesquisa, ONGs e órgãos de definição de critérios, devem desenvolver evidências robustas sobre os custos e o desempenho de diferentes formas de infraestrutura natural. Isso deve ser realizado em conjunto com o processo de desenvolvimento de padrões internacionais, ferramentas, indicadores e processos de coleta de dados para infraestrutura natural.
- As entidades envolvidas no desenvolvimento de currículo, certificação profissional e educação continuada de engenheiros, planejadores e outros profissionais devem exigir treinamento apropriado que crie consciência e capacidade de como avaliar a relação custo-eficácia e os benefícios ambientais de projetar, desenvolver e manter projetos de infraestrutura natural para atender às necessidades humanas.



## 6. Produtos financeiros verdes

Fluxo Estimado 2019: US\$ 3,8–6,3 bilhões por ano

Fluxo Potencial 2030: US\$ 30,9–92,5 bilhões por ano

Produtos financeiros verdes são um conjunto de instrumentos financeiros, principalmente dívida e patrimônio, que facilitam o fluxo de capital de investimento para empresas e projetos que podem ter um impacto positivo na biodiversidade. Este relatório discute uma gama de produtos financeiros verdes que podem canalizar financiamento para investimentos verdes que produzem benefícios ambientais. O relatório discute o papel dos títulos verdes, empréstimos

vinculados à sustentabilidade e fundos de capital privado no apoio à biodiversidade. O relatório também observa novos desenvolvimentos emergentes e inovadores em finanças verdes, como títulos de impacto ambiental, produtos de seguro e os papéis crescentes que os governos estão desempenhando por meio de mecanismos de financiamento e esforços específicos para incentivar o aumento do investimento privado.

### RECOMENDAÇÕES:

- Os governos devem trabalhar com organizações de investimento privado para desenvolver, implementar e fazer cumprir uma orientação clara, incentivos, penalidades e requisitos de divulgação que possibilitem e incentivem investimentos que protejam a biodiversidade. Os governos podem fazer isso por meio de dois caminhos: primeiro, criando oportunidades para novos mercados usando políticas, estruturas e regulamentação; em segundo lugar, incentivando fluxos de novos investimentos adicionais de capital privado.
- Os governos nacionais e regionais devem alavancar sua capacidade de levantar capital de mercados privados por meio da emissão de dívidas verdes como forma de aumentar a quantidade de capital inicial disponível para investimento na conservação da biodiversidade.
- Organizações de investimento e instituições financeiras privadas devem desenvolver e fazer cumprir políticas internas estabelecendo indicadores de desempenho internos que incentivem a estruturação, oferta e uso de produtos financeiros com benefícios explícitos para a biodiversidade.
- Os governos e instituições financeiras privadas devem, como meio de catalisar o fluxo de capital para a biodiversidade, desenvolver e implementar padrões e mecanismos da indústria que garantam a prestação de contas, transparência e verificação de transações financeiras destinadas a impactar positivamente a biodiversidade.
- Os bancos multilaterais de desenvolvimento, as instituições financeiras de desenvolvimento e as fundações privadas devem fornecer financiamento no estágio inicial, concessionário ou de mitigação de risco que catalise o desenvolvimento de projetos e que complemente os esforços locais de conservação.

***Os governos podem desempenhar papéis importantes por meio de estruturas de financiamento e esforços específicos para incentivar o aumento do investimento privado.***



## 7. Soluções baseadas na natureza e mercados de carbono

Fluxo Estimado 2019: US\$ 0,8–1,4 bilhões por ano

Fluxo Potencial 2030: US\$ 24,9–40,0 bilhões por ano

À medida que os países avançam em direção ao desenvolvimento de novos programas para apoiar a realização de suas metas climáticas nacionais (especificamente por meio de suas Contribuições Nacionalmente Determinadas, ou NDCs), há uma ênfase crescente na proteção e restauração de florestas e outros ecossistemas ricos em biodiversidade nas chamadas Soluções baseadas na natureza (NBS) e soluções baseadas na natureza para o clima (Natural Climate Solutions - NCS). De fato, a ciência recente indica que as NCS podem fornecer até um terço do potencial de mitigação de curto prazo e custo-benefício necessário até 2030 para ficar abaixo de 1,5 graus Celsius de aquecimento. O relatório descreve vários caminhos que os países podem seguir para desenvolver uma ou mais estratégias de NBS/NCS como parte do cumprimento de suas metas de NDC, e fornece estimativas do montante de financiamento que esses esforços podem gerar, que trarão benefícios

diretos à biodiversidade. Além disso, vários países estão desenvolvendo políticas nacionais (ou, em alguns países, subnacionais ou jurisdicionais) que usam a precificação do carbono como parte de suas estratégias climáticas gerais. Essas políticas normalmente assumem a forma de impostos diretos sobre o carbono ou a criação de um programa regulado de cap-and-trade no qual os emissores de gases de efeito estufa são limitados e regulados por meio de programas que permitem a criação e o comércio de créditos de carbono. A comercialização ativa desses créditos (que são emitidos em toneladas métricas de dióxido de carbono equivalente [tCO<sub>2</sub>e]) permite a criação de um mercado de carbono robusto. Quando os países permitem a criação de compensações de carbono a partir de práticas florestais ou outros projetos naturais e terrestres, a venda desses créditos pode criar uma importante fonte de financiamento para a conservação da floresta e da biodiversidade.

### RECOMENDAÇÕES:

- Os governos nacionais devem incluir uma ou mais estratégias de soluções baseadas na natureza (NBS), como reflorestamento, na próxima rodada de compromissos de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) sob o Acordo de Paris.
- Os governos com mercados de carbono existentes devem permitir o uso de compensações da agricultura, florestas e outros usos da terra. Os governos sem mercados de carbono existentes devem promulgar novos programas de precificação de carbono que incluam impostos de carbono, programas de cap-and-trade ou outras políticas climáticas que fixem o preço de emissões de carbono e permitam o uso de compensações de carbono da agricultura, florestas e outras práticas de uso da terra.
- Os governos de países ricos em florestas e biodiversidade devem promulgar políticas para aumentar a implementação e escalabilidade dos programas nacionais e jurisdicionais de REDD+, incluindo a oportunidade de aninhar projetos existentes de REDD+ para maximizar a escala.
- Os governos e órgãos de definição de critérios que regem a conformidade (cap-and-trade) e os mercados voluntários de carbono devem exigir o uso e a adesão a padrões que incluem biodiversidade e salvaguardas sociais para todos os projetos florestais e de uso da terra, e para NBS. Esses órgãos também devem melhorar a transparência e quantificabilidade da biodiversidade dentro de todos os padrões existentes e novos que se aplicam a florestas e sistemas naturais.



## 8. Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD)

Fluxo Estimado 2019: US\$ 4,0–9,7 bilhões por ano

Fluxo Potencial 2030: US\$ 8,0–19,4 bilhões por ano

A Assistência oficial ao desenvolvimento (ODA) é amplamente definida como ajuda, seja desembolsada por países diretamente ou por meio de instituições multilaterais, destinada a apoiar e promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar dos países em desenvolvimento. Inclui financiamento concessional, grants e prestação de assistência técnica. No contexto da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), as Metas de Aichi para 2010 exigiam um “aumento substancial” nos recursos disponíveis de todas as fontes para apoiar a implementação da Convenção. Em 2012, as partes adotaram uma decisão apelando aos países doadores para duplicar os fluxos

de ajuda externa para a biodiversidade até 2015 em relação aos níveis de 2010, e pelo menos mantê-los nesse nível até 2020. Essa meta foi essencialmente cumprida pelos países doadores. O relatório recomenda que o financiamento da ODA para países ricos em biodiversidade dobre novamente entre 2020 e 2030, com o novo financiamento voltado principalmente para apoiar os esforços dos países para desenvolver Planos Nacionais de Financiamento para a Biodiversidade e implementar o conjunto de mecanismos nacionalmente apropriado descrito neste relatório para garantir que cada país atenda às suas necessidades financeiras de biodiversidade.

### RECOMENDAÇÕES:

- Os doadores de ajuda externa devem se comprometer novamente a dobrar os fluxos de AOD até o ano 2030 em relação aos níveis de 2019 para apoiar a implementação do Quadro de Biodiversidade Global pós-2020. A provisão de ODA deve incluir a conservação da biodiversidade como critério, ao lado dos já existentes, como o desenvolvimento econômico, ao priorizar os países que recebem fluxos de ODA.
- Os governos doadores devem melhor distribuir o aumento da ajuda para se concentrar nas condições habilitadoras do país para desbloquear outros mecanismos discutidos neste relatório, incluindo o desenvolvimento de Estratégias Nacionais de Biodiversidade e Planos de Ação (NBSAPs) e Planos Nacionais de Financiamento para a Biodiversidade.
- As agências bilaterais e multilaterais de ajuda devem fortalecer seus esforços para incorporar a biodiversidade em suas carteiras de doações e empréstimos.
- Os doadores bilaterais e os bancos multilaterais de desenvolvimento devem exigir o relato dos resultados dos projetos de biodiversidade, bem como ser mais responsáveis pela aplicação do Padrão de Desempenho 6 da IFC, especialmente com respeito à aplicação da hierarquia de mitigação e compensações de biodiversidade.



## 9. Cadeias de abastecimento sustentáveis

Fluxo estimado 2019: US\$ 5,5–8,2 bilhões por ano

Fluxo potencial 2030: US\$ 12,3–18,7 bilhões por ano

A sustentabilidade da cadeia de suprimentos está relacionada à gestão dos aspectos ambientais, sociais e de governança da movimentação de bens e serviços ao longo das cadeias de abastecimento, dos produtores aos consumidores. O impacto histórico das cadeias de abastecimento globais sobre a biodiversidade tem sido amplamente negativo, impulsionado pela mudança no uso da terra e práticas agrícolas, florestais, pesqueiras e outras práticas insustentáveis associadas a commodities. No entanto, uma mudança em direção a práticas de gestão da cadeia de abastecimento mais responsáveis oferece a oportunidade de evitar danos e afetar positivamente a biodiversidade, incluindo promessas corporativas significativas para eliminar o desmatamento das cadeias de abastecimento nos últimos anos. Este relatório explora uma gama de opções para reduzir os impactos negativos da cadeia de abastecimento sobre a

biodiversidade, incluindo melhores políticas corporativas e padrões internos, o uso de padrões e certificações de sustentabilidade de terceiros e financiamento corporativo direto de melhorias de sustentabilidade em suas cadeias de abastecimento, incluindo em países produtores. O relatório também examina opções para alcançar um impacto positivo, como iniciativas de abastecimento em nível de jurisdição/paisagem sustentável e gerenciamento focado na conservação de ingredientes de origem natural. Embora o relatório apresente algumas estimativas sobre o financiamento atual e futuro projetado para a sustentabilidade, muitos dos financiamentos em cadeias de suprimentos sustentáveis são feitos por empresas e, por natureza, não são informações publicamente disponíveis. Assim, o valor gasto pelas empresas no aumento da sustentabilidade das cadeias de abastecimento pode ser maior do que o estimado aqui.

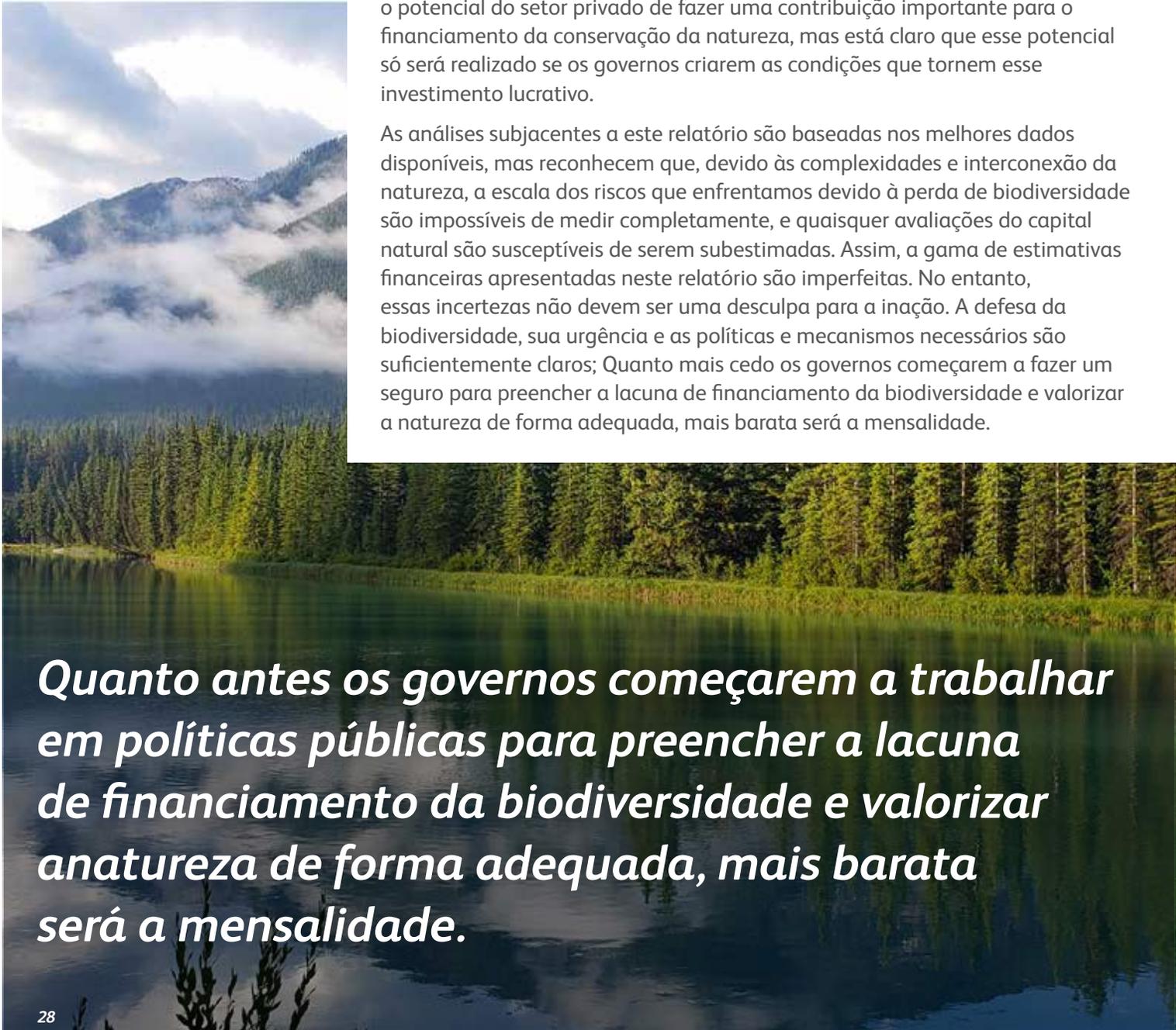
### RECOMENDAÇÕES:

- Todos os atores envolvidos nas cadeias de abastecimento devem colaborar para promover a transformação verde das cadeias de abastecimento, com foco imediato na soja, azeite de dendê, gado e produtos florestais, incluindo o desenvolvimento e implementação de padrões de produção e melhoria dos meios de rastreamento de produtos e impactos do produtor para o consumidor.
- Os governos dos países fornecedores (exportadores) devem melhorar o planejamento do uso da terra e fazer cumprir a legislação e medidas para reduzir o desmatamento e a conversão de outros ecossistemas naturais. Os governos também devem fornecer apoio financeiro e técnico, incluindo serviços de extensão agrícola, e facilitar o acesso ao mercado para produtores em conformidade, para incentivar a produção sustentável de commodities.
- Os governos dos países compradores (importadores) devem alavancar seus poderes de mercado e diplomáticos para encorajar os governos dos países exportadores a aplicar práticas sustentáveis.
- Os consumidores devem, com o apoio de governos e empresas, educar-se sobre o impacto ambiental de seu comportamento de consumo e, posteriormente, usar seu poder de compra para exigir maior transparência e melhores práticas, como produtos livres de desmatamento, por meio do aumento do uso de rótulos ecológicos e sistemas de certificação por empresas e marcas para apoiar práticas positivas para a biodiversidade nas cadeias de abastecimento.
- Grandes compradores com influência significativa nas cadeias de abastecimento devem desenvolver e implementar políticas e padrões de compras verdes; trabalhar na cadeia de suprimentos para monitorar, rastrear e verificar os impactos na biodiversidade para garantir que os produtores primários estejam aderindo aos padrões de sustentabilidade exigidos; e trabalhar com governos para incentivar, apoiar e exigir que os produtores e intermediários locais na cadeia de abastecimento, que operam em uma escala mais local ou jurisdicional, façam a transição das práticas insustentáveis para aquelas que apoiam a biodiversidade.
- Os países devem aumentar os esforços por meio da arquitetura internacional, especificamente da OMC, para desenvolver acordos de comércio verde que facilitem e incentivem o aumento do comércio de commodities produzidas sem conversão de habitats naturais.

# CONCLUSÕES

Este relatório destaca os riscos associados à perda de biodiversidade, apresenta um caso convincente para a valorização adequada da natureza em nossas economias e oferece uma contribuição específica para as negociações sobre uma estratégia de mobilização de recursos como parte do Quadro de Biodiversidade Global Pós-2020 no processo ONU CBD . Ele se concentra principalmente na necessidade de todos os países tomarem mais medidas para adotar políticas ambientais e econômicas destinadas a proteger a biodiversidade e reduzir práticas prejudiciais. O relatório destaca ainda o potencial do setor privado de fazer uma contribuição importante para o financiamento da conservação da natureza, mas está claro que esse potencial só será realizado se os governos criarem as condições que tornem esse investimento lucrativo.

As análises subjacentes a este relatório são baseadas nos melhores dados disponíveis, mas reconhecem que, devido às complexidades e interconexão da natureza, a escala dos riscos que enfrentamos devido à perda de biodiversidade são impossíveis de medir completamente, e quaisquer avaliações do capital natural são susceptíveis de serem subestimadas. Assim, a gama de estimativas financeiras apresentadas neste relatório são imperfeitas. No entanto, essas incertezas não devem ser uma desculpa para a inação. A defesa da biodiversidade, sua urgência e as políticas e mecanismos necessários são suficientemente claros; Quanto mais cedo os governos começarem a fazer um seguro para preencher a lacuna de financiamento da biodiversidade e valorizar a natureza de forma adequada, mais barata será a mensalidade.



***Quanto antes os governos começarem a trabalhar em políticas públicas para preencher a lacuna de financiamento da biodiversidade e valorizar a natureza de forma adequada, mais barata será a mensalidade.***

# AGRADECIMENTOS

## AUTORES

Andrew Deutz<sup>a</sup>, Geoffrey M. Heal<sup>b</sup>, Rose Niu<sup>c</sup>, Eric Swanson<sup>c</sup>, Terry Townshend<sup>c</sup>, Zhu Li<sup>c</sup>, Alejandro Delmar<sup>d</sup>, Alqayam Meghji<sup>d</sup>, Suresh A. Sethi<sup>d</sup>, e John Tobin-de la Puente<sup>d</sup>

## AUTORES CONTRIBUINTES

Histórico de biodiversidade global para Prefácio e Sumário Executivo: Tom Lovejoy  
*Compensações de biodiversidade*: Bruce McKenney, Jessica Wilkinson, Joseph Kiesecker, Christina Kennedy, e James Oakleaf  
*Financiamento para conservação da biodiversidade em ambientes urbanos*: Robert McDonald  
*Produtos financeiros verdes*: Patricia De Pauw, Sebastián Molina Gasman, and Alekhya Mukkavilli  
*Harmful subsidy reform*: Kara Guse  
Gestão de risco de investimento: Marie-Justine Labelle, Alekhya Mukkavilli, and Yasomie Ranasinghe  
*Soluções baseadas na natureza e mercados de carbono*: Kelley Hamrick  
*Infraestrutura natural*: Alekhya Mukkavilli  
Assistência Oficial ao Desenvolvimento: Marie-Justine Labelle, Yasomie Ranasinghe, Everett Sanderson, and Jim Stephenson  
*Cadeias de Suprimento Sustentáveis*: Kara Guse, Yasomie Ranasinghe, and Jim Stephenson

## GRUPO CONSULTIVO TÉCNICO

Marco Albani (Conselheiro Independente), Frank Hawkins (União Internacional para a Conservação da Natureza), Onno van den Heuvel (Iniciativa de Financiamento da Biodiversidade do PNUD), Katia Karousakis (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), Margaret Kuhlow (WWF Internacional), Kenneth Lay (Grupo Rock Creek), Aileen Lee (Fundação Gordon e Betty Moore), David Meyers (Conservation Finance Alliance), Andrew Mitchell (Global Canopy), Mark Opel (Campaign for Nature), e Kyung-Ah Park (Goldman Sachs)

## REVISORES E COLABORADORES

Justin Adams (Tropical Forest Alliance, Fórum Econômico Mundial), Géraldine Ang (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), Ulrich Apel (Global Environment Facility), Marco Arlaud (Iniciativa de Finanças para a Biodiversidade, PNUD), Mohamed Imam Bakarr (Global Environment Facility), Larry Band (Consultor), Andrea Barrios (Fundação Rockefeller), Raffaello Cervigni (Banco Mundial), Gretchen Daily (Universidade de Stanford), Nick Dilks (Ecosystem Investment Partners), Mufalda Duarte (Fundos de Investimento Climático, Banco Mundial), Yasha Feferholtz (Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica), Monica Filkova (Climate Bonds Initiative), Charlotte Kaiser (The Nature Conservancy), Kerry ten Kate (Natural England), Amanda Kelsten (Bloomberg), Sean Kidney (Climate Bonds Initiative), Linda Krueger (The Nature Conservancy), Gemma Lawrence (Loan Market Association), Richard Lawrence (Overlook Investments), Winsor J. Lee (Bloomberg NEF), Li Nuyun (China Green Carbon Fund), Lu Xiankun (LEDECO Centre), Pascal Martinez (Global Environment Facility), Adam C.T. Matthews (The Church of England Pensions Board), Tom Mitchell (Cambridge Associates), Jen Molnar (The Nature Conservancy), Stefano Pagiola (Banco Mundial), Edward Perry (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), Alexandra Pinzon-Torres (London School of Economics), Kelly Racette (The Nature Conservancy), Massimiliano Riva (Conjunto do Fundo ODS das Nações Unidas), Giovanni Ruta (Banco Mundial), Lynn Scarlett (The Nature Conservancy), Hugh Searight (Banco Mundial), Andrew Seidl (Iniciativa de Financiamento da Biodiversidade do PNUD), Priya Shyamsundar (The Nature Conservancy), Krista Tukiainen (Climate Bonds Initiative), Hannah Vanstone (Loan Market Association), Kurt Vogt (HPL LLC), Mike Wironen (The Nature Conservancy), Tracy Wolstencroft (National Geographic), and Zhao Xiaolu (Environmental Defense Fund, China)

## AVISO LEGAL

Os autores gostariam de agradecer aos membros do Grupo Consultivo Técnico, autores contribuintes e revisores por suas valiosas contribuições que fortaleceram o relatório. O conteúdo e as posições expressas são, no entanto, dos autores e não refletem necessariamente as perspectivas daqueles que forneceram input, nem das organizações às quais são afiliados.

## CITAÇÃO SUGERIDA:

Deutz, A., Heal, GM, Niu, R., Swanson, E., Townshend, T., Zhu, L., Delmar, A., Meghji, A., Sethi, SA e Tobin-de la Puente, J. 2020. Financiando a conservação da natureza: eliminando a lacuna no financiamento da biodiversidade global. The Paulson Institute, The Nature Conservancy e o Cornell Atkinson Center for Sustainability.

## DESIGN GRÁFICO:

Jonathan Tsao

## CRÉDITO DAS FOTOS:

Capa (árvores/cachoeira): © Ken Geiger/TNC  
Página 04-05 (sequoias): © Patrick Concorso de Fotografia McDonald/TNC 2018  
Página 06 (tartaruga bebê): © Carlton Ward Jr.  
Página 16: © Michael Gallagher/TNC Concorso de Fotografia 2019  
Página 18 E para a D: © Yaron Schmid/TNC Concorso de Fotografia 2019, © Junqiu Huang/ Concorso de Fotografia TNC 2019, © Jennifer Adler  
Página 22: © Tyler Schiffman/TNC Concorso de Fotografia 2019  
Página 10, 22 (garça): © Jianmin Wang  
Página 28: © Harvey Locke

Copyright © 2020 The Paulson Institute, The Nature Conservancy e the Cornell Atkinson Center for Sustainability

<sup>a</sup> The Nature Conservancy; <sup>b</sup> Columbia University; <sup>c</sup> The Paulson Institute; <sup>d</sup> Cornell University.

Os autores agradecem as muitas pessoas, além dos membros do Grupo Consultivo Técnico, que contribuíram para este relatório como revisores, assessores, apoiadores, comunicadores ou fontes de informação, incluindo Katie Baidon, Divina Baratta, Kristin Gomez, Sara Levin Stevenson, Alan Martínez, Bianca Shead e Eve Wang. Os autores do Instituto Paulson gostariam de agradecer a Henry M. Paulson por sua liderança e visão, Deborah Lehr por sua inspiração e orientação, e Tom Lovejoy e Larry Linden por seus sábios conselhos. Os autores da The Nature Conservancy gostariam de agradecer a Jennifer Morris por seu apoio e visão. Os autores da Cornell University são gratos à liderança e à equipe do Cornell Atkinson Center for Sustainability pelo apoio logístico, financeiro e de comunicações.

### **Sobre o Instituto Paulson**

O Instituto Paulson é um “think and do tank” não-partidário, independente e com financiamento privado. É dedicado a fomentar um relacionamento EUA-China que sirva para manter a ordem global em um mundo em rápida evolução. Seus programas e iniciativas enfocam a promoção do desenvolvimento econômico sustentável e a conservação da natureza em ambos os países e além, assim como estudar o desenvolvimento econômico na China. Fundado em 2011 pelo ex-secretário do Tesouro dos Estados Unidos Henry M. Paulson, Jr., o Paulson Institute tem sede em Chicago, com escritórios em Washington e Pequim.

*Endereço:* 625 North Michigan Avenue, Suite 2500, Chicago, IL 60611

*Website:* [www.paulsoninstitute.org](http://www.paulsoninstitute.org); *Twitter:* @PaulsonInst



### **Sobre a The Nature Conservancy**

A The Nature Conservancy é uma organização de conservação global dedicada a conservar as terras e águas das quais a vida depende. Guiados pela ciência, criamos soluções inovadoras e locais para os desafios mais difíceis do mundo para que a natureza e as pessoas possam prosperar juntas. Estamos enfrentando as mudanças climáticas, conservando terras, águas e oceanos em uma escala sem precedentes e fornecendo alimentos e água de forma sustentável. Trabalhando em 79 países e territórios, usamos uma abordagem colaborativa que envolve comunidades locais, governos, o setor privado e outros parceiros.

*Endereço:* 4245 North Fairfax Drive, Suite 100, Arlington, VA 22203-1606

*Website:* [www.nature.org](http://www.nature.org); *Twitter:* @nature\_org



### **Sobre o Cornell Atkinson Center for Sustainability**

O Cornell Atkinson Center for Sustainability é o centro da pesquisa colaborativa em sustentabilidade na Cornell University, criando conexões vitais entre pesquisadores, estudantes, funcionários e parceiros externos. Construimos conexões novas e inesperadas que catalisam mudanças extraordinárias. Sabemos que ideias ousadas e novos modelos influentes garantirão que as pessoas e o planeta não apenas sobrevivam, mas também prosperem. Com a base de conhecimento ampla e profunda da Cornell University como nossa base, reunimos especialistas e inovadores apaixonados, teóricos e profissionais, líderes empresariais e filantropos para fornecer soluções de sustentabilidade de longo prazo e em larga escala. Juntos, estamos construindo um amanhã resiliente.

*Endereço:* 200 Rice Hall | 340 Tower Road, Cornell University, Ithaca, NY 14853

*Website:* [www.atkinson.cornell.edu](http://www.atkinson.cornell.edu); *Twitter:* @AtkinsonCenter

